

SPE Transmissora de Energia Linha Verde I S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias em 31 de
dezembro de 2025



SPE Transmissora de Energia Linha Verde I S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	1
BALANÇO PATRIMONIAL	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	7
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	8
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO.....	9

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. O SETOR ELÉTRICO NO BRASIL	11
3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	12
4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	12
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	14
6. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS	14
7. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER.....	15
8. IMOBILIZADO	15
9. INTANGÍVEL	16
10. OUTROS PASSIVOS	16
11. DEBÊNTURES.....	17
12. CONTINGÊNCIAS.....	18
13. DIVIDENDOS DECLARADOS	20
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20
15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22
16. CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	22
17. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO.....	23
18. PARTES RELACIONADAS.....	23
19. RISCOS REGULATÓRIOS E AMBIENTAIS	23
20. SEGUROS.....	25
21. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO	25
22. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	31



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores,
SPE Transmissora de Energia Linha Verde I S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias SPE Transmissora de Energia Linha Verde I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021 e revisada pelo Despacho nº 1.690 de 28 de junho de 2022.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021 e revisada pelo Despacho nº 1.690 de 28 de junho de 2022.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos atenção para a Nota 3 das demonstrações contábeis regulatórias, que descrevem a base da elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.



SPE Transmissora de Energia Linha Verde I S.A.

Outros assuntos - Apresentação das demonstrações financeiras societárias

A SPE Transmissora de Energia Linha Verde I S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos nosso correspondente relatório de auditoria independente, sem ressalvas, com data de 12 de março de 2026.

Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis regulatórias do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 30 de abril de 2025, sem ressalvas.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



SPE Transmissora de Energia Linha Verde I S.A.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by

Assinado por Bruno Guedes Monteiro:1005965723
CPF: 16066869736
Data/Hora da Assinatura: 24 de abril de 2026 17:36 BRT
O e-CPF Brasil, OUI Certificado Digital IFF A1
C-BS
Emissão: AC-SyngeneID Matriz
---00387944207414C---

Bruno Guedes Monteiro
Contador CRC 1RJ118070/O-0

SPE Transmissora de Energia Linha Verde I S.A.

CPNJ: 29.568.539/0001-23

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	30.489	19.938
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	1.037	4.980
Impostos e contribuições a recuperar		22	23
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		1	-
Adiantamento a fornecedores		758	812
Despesas antecipadas		259	89
Partes Relacionadas		2.551	-
Outros créditos a receber	7	8.452	8.270
Total do circulante		43.569	34.112
Não circulante			
Depósitos judiciais		34	-
Outros créditos a receber	7	-	4.000
Imobilizado	8	468.389	482.088
Intangível	9	4.985	5.023
Total do não circulante		473.408	491.111
Total do ativo		516.977	525.223
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		984	711
Debêntures	11	7.678	-
Impostos e contribuições a recolher		22	-
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		498	796
Encargos setoriais		278	202
Partes relacionadas	18	541	-
Outros passivos	10	14.407	17.310
Total do circulante		24.408	19.019
Não circulante			
Debêntures	11	283.242	-
Outros passivos	10	-	4.000
Total do não circulante		283.242	4.000
Total dos passivos		307.650	23.020
Patrimônio líquido			
Capital social	14 (a)	74.811	516.780
Reserva de Capital	14 (b)	-	219
Reserva Legal	14 (b)	1.429	-
Transação entre acionistas	14 (c)	-	(17.933)
Proventos excedentes da contabilidade societária	14 (d)	133.087	3.137
Total do patrimônio líquido		209.327	502.203
Total do passivo e patrimônio líquido		516.977	525.223

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

SPE Transmissora de Energia Linha Verde I S.A.

CPNJ: 29.568.539/0001-23

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Disponibilização do sistema de transmissão		45.730	41.517
Receita bruta		45.730	41.517
PIS		(297)	(270)
COFINS		(1.372)	(1.245)
Tributos		(1.669)	(1.515)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(116)	(404)
Conta de desenvolvimento econômico - CDE		(50)	-
Taxa de fiscalização de serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(226)	(111)
Outros encargos		(267)	-
Encargos do consumidor		(659)	(515)
Receita operacional líquida	15	43.402	39.486
Depreciação e amortização		(13.917)	(12.720)
Pessoal		(416)	(2.659)
Serviços de terceiros (a)		(367)	(4.621)
Arrendamento e aluguéis		(65)	(520)
Outras despesas operacionais		(625)	(2.560)
Despesas gerais e administrativas		(2.324)	(4.408)
Custos e Despesas	16	(17.714)	(27.490)
Resultado da atividade		25.688	11.998
Receitas financeiras		6.474	1.018
Despesas financeiras		(2.280)	(102)
Resultado financeiro	17	4.194	916
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		29.882	12.913
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(3.586)	(1.955)
Imposto de renda e contribuição social	21	(3.586)	(1.955)
Lucro líquido do exercício		26.296	10.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

SPE Transmissora de Energia Linha Verde I S.A.

CPNJ: 29.568.539/0001-23

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	26.296	10.958
Outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-
Total resultados abrangentes	26.296	10.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

SPE Transmissora de Energia Linha Verde I S.A.

CPNJ: 29.568.539/0001-23

Demonstração de mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de aumento de capital	Reserva de Lucros			Proventos excedentes da contabilidade societária	Resultados acumulados	Total
				Legal	Reserva Especial de dividendos	Transação entre acionistas			
Saldo em 31 de dezembro de 2023		506.780	219	900	4.277	-	(12.998)	-	499.179
Aumento de capital		10.000	-	-	-	-	-	-	10.000
Transação entre acionistas		-	-	-	-	(17.933)	-	-	(17.933)
Absorção de prejuízo	14	-	-	(900)	(4.277)	-	-	5.177	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	10.958	10.958
Proventos excedentes da contabilidade societária	14 (d)	-	-	-	-	-	16.135	(16.135)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		516.780	219	-	-	(17.933)	3.137	-	502.203
Redução de capital	14 (a)	(290.000)	-	-	-	-	-	-	(290.000)
Integralização de capital	14 (a)	219	(219)	-	-	-	-	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	14 (e)	-	-	-	-	-	-	(19)	(19)
Absorção de prejuízo		(152.188)	-	-	-	17.933	-	134.255	-
Transação entre acionistas	14 (c)	-	-	-	-	-	-	(2.000)	(2.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	26.296	26.296
Dividendos intercalares		-	-	-	-	-	-	(27.153)	(27.153)
Reserva legal	14 (b)	-	-	1.429	-	-	-	(1.429)	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	14 (d)	-	-	-	-	-	129.950	(129.950)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		74.811	-	1.429	-	-	133.087	-	209.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

SPE Transmissora de Energia Linha Verde I S.A.

CPNJ: 29.568.539/0001-23

Demonstração de fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		29.882	12.913
Ajuste para:			
Depreciação	16 (a)	13.917	12.720
Outros		-	80
Encargos de dívidas, juros e custo de transação	11	(12.080)	-
Transação entre acionistas		-	(17.933)
		31.719	7.781
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		3.945	(4.980)
Impostos e contribuições a recuperar		1	1.295
Adiantamento a fornecedores		54	(811)
Depósitos judiciais		(34)	1.799
Outros créditos a receber		3.818	13.820
Fornecedores		273	9.339
Partes Relacionadas		(2.010)	-
Impostos e contribuições a recolher		22	252
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		(1.789)	(924)
Encargos setoriais		-	202
Outras contas a pagar		(6.996)	(618)
Caixa gerado nas atividades operacionais		29.002	27.154
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.095)	(1.032)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		26.907	26.122
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado		(203)	(29.326)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento		(203)	(29.326)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital social	14 (a)	(290.000)	-
Aumento de capital social		-	10.000
Captação das debêntures	11	303.000	-
Dividendos pagos	13	(27.153)	-
Transação entre acionistas		(2.000)	-
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de financiamento		(16.153)	10.000
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		10.551	6.798
Variação de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		19.938	13.140
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		30.489	19.938
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		10.551	6.798

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A SPE Transmissora de Energia Linha Verde I S.A. ("Linha Verde I" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 25 de janeiro de 2018, está estabelecida no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, sendo controlada pela Verene Energia S.A. Possui como objeto social a prestação de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, de acordo com o Edital do Leilão nº 02/2017 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que consiste em:

(a) Instalações de Transmissão localizadas no estado de Minas Gerais, compostas pela Linha de Transmissão Governador Valadares 6 - Mutum, em 500 kV, segundo circuito, com extensão aproximada de 165 km, com origem na Subestação Governador Valadares 6 e término na Subestação Mutum;

(b) entradas de linha, reatores e conexões, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Companhia entrou em operação comercial em iniciou suas operações em 25 de janeiro de 2024, e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

As informações básicas relacionadas ao Contrato de Concessão são como segue:

Contrato de concessão	Prazo	Término do contrato	RAP		Índice de correção
			2025-2026	2024-2025	
07/2018	30 anos	08/03/2048	47.985	45.561	IPCA

1.1. Contrato de concessão

O Contrato de Concessão nº 07/2018 assinado entre a ANEEL e a Companhia, em 08 de março de 2018, estabelece regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O Contrato de Concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 08 de março de 2048, podendo ser renovado por igual período, a critério exclusivo do poder concedente.

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação 1682/2023, com validade de 10 anos, até 28 de dezembro de 2033.

1.2. Receita Anual Permitida (RAP)

A RAP garante que a prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Ciclo	RAP	Resolução homologatória (REH)	Índice de correção
2025-2026	47.985	nº 3.481, de 15 de julho de 2025	IPCA
2024-2025	45.561	nº 3.348, de 15 de julho de 2024	

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Quando comparada ao ciclo anterior, houve uma variação de 5,32% decorrente do reajuste pela variação acumulada do IPCA.

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira Revisão Tarifária Periódica (RTP) na Companhia ocorreu por meio da REH 3.205, (vigente a partir de 1º de julho de 2023), que reajustou a RAP em 1,55%.

1.3. Reforma tributária

Foi promulgada em 20 de dezembro de 2023, a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, que entrará em vigor, em período de transição, a partir de 2026 e com previsão para valer integralmente a partir de 2033. Esta reforma substituiu os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre os Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

A Lei Complementar nº 214/2025, publicada em 16 de janeiro de 2025, estabelece as diretrizes iniciais para implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Desta forma, até 31 de dezembro de 2025, data base destas demonstrações contábeis regulatórias, não há impactos da reforma tributária nas informações da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições foram estabelecidas.

1.5 Alteração do controle societário

Em 05 de novembro de 2024, a Companhia, anteriormente controlada pela Terna Plus S.R.L – Itália, foi adquirida pela *La Caisse (Caisse de Dépôt et Placement du Québec - CDPQ)*. No mesmo dia, as ações adquiridas pela *La Caisse* foram transferidas para a Verene Energia S.A.

2. O setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME” ou “Poder Concedente”), que possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL” ou “Órgão Regulador”).

A transmissão de energia elétrica disponibilizada pela Outorgada é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de transmissão. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Outorgada está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por grandes distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado livre acesso, assegurado em lei e garantido pela ANEEL.

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso de reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021. As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 21 – Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma entidade e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societárias e regulatórias.

A emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Administração em 24 de abril de 2026.

As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

4. Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias emitidas em 12 de março de 2026, exceto ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e quanto ao que se estabelece abaixo:

4.1. Imobilizado

- **Em serviço**

Os itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui todos os gastos que são diretamente relacionados à aquisição de um ativo.

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

A depreciação dos itens do ativo imobilizado, é calculada pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada um de seus componentes. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação do imobilizado operacional estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) emitido através da Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015.

- **Em curso**

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, as imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. A outorga agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso, os juros, variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos e debêntures, diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (i) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (ii) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (iii) o montante dos juros, variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (iv) os juros, variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a outorgada tem incluído parte dos custos suporte, que são os custos acessórios e auxiliares necessários para realização das obras, e alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos (superintendências, departamentos, divisões, gerências, etc.) representadas por um coletor de custos. Essas estruturas são necessárias para as etapas de formação dos ativos e devem estar vinculadas às atividades do projeto, gerenciamento, montagem e fiscalização, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

4.2. Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de amortização utilizadas pela Companhia, são com base no MCPSE.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de formação do intangível.

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

4.3. Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de balanço para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A Companhia não identificou perdas por “impairment” a serem reconhecidas no exercício apresentado.

4.4. Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da Receita Anual Permitida (“RAP”). A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (“CUST”), que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição essa de inteira responsabilidade do ONS.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	5	11
Certificado de Depósito Bancário - (CDB) (a)	30.484	19.927
Total	30.489	19.938

- (a) Os CDB - Certificados de Depósitos Bancários, apresentam baixo risco de crédito e de mercado. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem desconto e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

A carteira da Companhia apresentou rentabilidade atrelada à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com a rentabilidade média ponderada no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 equivalente 98% a.a. do CDI (100% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2024).

6. Contas a Receber de concessionárias e permissionárias

	2025	2024
A vencer	359	4.787
Saldos vencidos		
90 dias	13	114
de 91 a 180 dias	73	43
de 181 a 360 dias	209	36
acima de 361 dias	383	-
Total	1.037	4.980

A Companhia realiza a avaliação de perda de crédito esperada em conformidade com os requisitos da IFRS 9, utilizando informações históricas, condições atuais e projeções prospectivas, com base em parâmetros como probabilidade de inadimplência, perda dada inadimplência e exposição ao risco.

Para os recebíveis decorrentes da receita de transmissão, o risco de crédito é considerado baixo devido ao arcabouço regulatório do setor e aos mecanismos de mitigação existentes. Com base nessa avaliação, a perda de crédito esperada foi considerada não relevante para as demonstrações contábeis regulatórias do exercício. A Companhia monitora continuamente eventuais mudanças no risco de crédito.

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE I S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Outros créditos a receber

	2025	2024
Circulante		
REIDI (a)	2.407	2.407
Quebec (b)	6.000	4.000
Adiantamento CCEE	-	1.823
Outros	45	40
Total	8.452	8.270
Não circulante		
Quebec (b)	-	4.000
Total	-	4.000

- (a) Em 06/07/2023, a Companhia ingressou com processo administrativo na Receita Federal do Brasil, solicitando a prorrogação do prazo de fruição do benefício do REIDI, concedido para a Linha Verde I por meio do Ato Declaratório Executivo nº 65/2018 para a nova data estimada, naquele momento, para a conclusão das obras de infraestrutura, qual seja 25 de setembro de 2023. Em 14/09/2023 foi emitido Mandado de Segurança pela Justiça Federal, deferindo parcialmente a liminar para determinar a autoridade impetrada que se abstenha de excluir a Companhia do REIDI até o julgamento final da ação. Caso a LVI venha a perder tal ação, ou os valores a pagar de Pis/Cofins venham a exceder o valor provisionado, a Terna Plus, antiga acionista, deverá ressarcir a Companhia, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações.
- (b) A Companhia tem registrado o valor a receber de R\$ 6.000 junto à Quebec, que será pago em parcelas semestrais de R\$2.000, até dezembro de 2026 (vide nota explicativa nº 14 (c)). Estes valores serão repassados ao acionista anterior, conforme nota explicativa nº 12 (c).

8. Imobilizado

A movimentação do imobilizado está apresentada a seguir:

	2024	Adições	Transferências	Depreciação	2025
Imobilizado em serviço (a):					
Transmissão:					
Edificações e obras	2.486	-	(21)	(87)	2.378
Máquinas e equipamentos	479.327	2	59	(13.851)	465.537
Móveis e utensílios	31	-	-	(3)	28
	481.844	2	38	(13.941)	467.943
Imobilizado em curso:					
Transmissão:					
Material de depósito	243	-	-	-	243
A Ratear	-	203	-	-	203
	243	201	-	-	446
Total imobilizado, líquido	482.087	203	38	(13.941)	468.389

- a) Em 2025, a Companhia realizou levantamento do ativo imobilizado, incluindo inventário físico, que resultou em ajustes negativos no montante de R\$ 19, lançados como ajustes de exercícios anteriores, com contrapartida no Patrimônio Líquido (lucros acumulados), conforme Nota 14(e).

(a) Taxas anuais de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2025			2024
		Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço:					
Transmissão:					
Edificações e obras	3,44%	2.546	(168)	2.378	2.486
Máquinas e equipamentos	2,81%	492.027	(26.490)	465.537	479.327
Móveis e utensílios	6,25%	32	(4)	28	31
		494.605	(26.662)	467.943	481.844
Imobilizado em curso:					
Material de depósito		243	-	243	243
A Ratear		203	-	203	-
		446	-	446	243

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Total imobilizado	<u>495.051</u>	<u>(26.662)</u>	<u>468.389</u>	<u>482.087</u>
-------------------	----------------	-----------------	----------------	----------------

(b) Composição das adições do imobilizado em curso

	Material / Equipamentos	Serviços de terceiros	Outros gastos	Total
A ratear	-	201	-	201
Total das adições	-	201	-	201

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação
Condutor de sistema	2,70%
Equipamento Geral	6,36%
Estrutura Geral	2,90%

9. Intangível

A movimentação do intangível está apresentada a seguir:

	<u>2024</u>	<u>Transferência</u>	<u>2025</u>
Intangível em serviço:			
Transmissão:			
Servidões	5.023	(38)	4.985
Total Intangível, líquido	<u>5.023</u>	<u>(38)</u>	<u>4.985</u>

A rubrica de servidões refere-se aos valores desembolsados para a obtenção do direito de uso de terrenos de terceiros, necessários à implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão. Esses direitos são classificados como ativos vinculados à concessão, conforme as diretrizes do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, instituído pela Resolução Normativa ANEEL nº 396/2010, que estabelece as práticas contábeis aplicáveis às concessionárias de transmissão de energia elétrica.

Por se tratar de direitos que permanecem vigentes durante toda a concessão e que não possuem prazo de exaustão previamente definido, as servidões não são objeto de amortização.

10. Outros passivos

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Circulante		
Terna Plus - Processo arbitragem Quebec (a)	6.000	4.000
Provisões para encerramento para obra (b)	5.894	10.825
REIDI	2.407	2.407
Outros	106	78
Total	<u>14.407</u>	<u>17.310</u>
Não circulante		
Terna Plus - Processo arbitragem Quebec (a)	-	4.000
Total	<u>-</u>	<u>4.000</u>
Circulante	14.407	17.310
Não circulante	-	4.000

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE I S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Vide nota explicativa nº 12.
(b) Provisão para encerramento de obra devido ao atraso na construção e pendência de fornecedores. Parte da provisão realizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

11. Debêntures

(a) Características

Emissão	Característica das debêntures	Série	Valor da emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Vencimento
1ª	(1)/(2)/(3)/(4)	1ª	303.000	IPCA + 6,78% a.a.	nov/25	dez/46

- (1) Emissão pública de debêntures simples
(2) Não conversíveis em ações
(3) Espécie com garantia real
(4) Série única

Em 13 de novembro de 2025, a Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures, com as características citadas acima. A amortização de principal e juros se dará de forma semestral sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo a primeira parcela em 15 de junho de 2026 e a última na data de vencimento das debêntures, em 15 de dezembro de 2046.

(b) Movimentação

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-
Ingressos	3.379	299.621	303.000
Encargos	1.590	538	2.128
Transferências	3.329	(3.329)	-
Custo de captação (i)	(620)	(13.588)	(14.208)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7.678	283.242	290.920

- (i) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação.

(c) Cronograma de vencimento

	2025
Circulante	7.678
2027	5.047
2028	5.858
2029	6.834
2030 em diante	279.091
Subtotal	296.831
(-) Custo de captação	(13.588)
Total de debêntures	290.920

(d) Cláusulas restritivas – Covenants

A 1ª emissão de debêntures, possui cláusulas restritivas que em geral requerem a manutenção de certas garantias e índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais conforme segue:

- (i) Penhor de 100% das ações da Companhia;
(ii) Recebíveis da concessão, sem obrigatoriedade de compor saldo mínimo;
(iii) ICSD mínimo de 1,10 (um inteiro e dez centésimos), mensurado pelo resultado da geração de caixa sobre o serviço da dívida, com base nas demonstrações contábeis regulatórias, tendo como termo inicial o exercício social de 2026.

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

12. Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais. As provisões para eventuais perdas, quando aplicável, decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

Após avaliação a Companhia entendeu não ser necessária a constituição de provisão referente aos processos em andamento, visto que não há probabilidade de perda provável.

Existem contingências cuja probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2025 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia, com o subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível.

Sendo as principais informações listadas abaixo:

Possíveis	2025	2024
Cível	96.311	3.824
Trabalhista	-	32
Tributária	1.007	-
Total	97.318	3.856

(a) Cível

Para as contingências de natureza cível, classificadas como possível, não é aplicável a constituição de provisão, sendo a principal no montante de R\$ 95.288, no qual a Companhia é parte ré no procedimento arbitral nº 11/2024/SEC2. O risco é atualmente classificado como possível, considerando que o procedimento ainda se encontra em fase inicial, sem a realização de perícia e/ou prolação de sentença arbitral. De todo modo, destaca-se que o contrato de compra e venda firmado entre Vendedora e Compradora (LVI) estabelece que eventuais riscos decorrentes da controvérsia permanecem de responsabilidade da Vendedora.

(b) Tributária

A Companhia é parte em um processo referente a única execução fiscal, com classificação de perda possível no valor de R\$ 1.007 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(c) Arbitragem com a Quebec

Em 3 de julho de 2021, a Companhia foi notificada pela Quebec quanto a rescisão do Contrato de EPC, o que, para todos os efeitos, foi considerada por parte da Companhia uma violação das obrigações da Quebec perante o contrato.

Em 19 de agosto de 2021, a Quebec apresentou requerimento de arbitragem para declarar a validade da rescisão contratual, motivo pelo qual a Companhia deveria arcar com a multa prevista no contrato e com as perdas e danos decorrentes de sua resolução.

Em 13 de setembro de 2021, a Companhia apresentou sua resposta ao requerimento de arbitragem e sua reconvenção, pleiteando a compensação pelos danos sofridos por força da rescisão precipitada do

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Contrato EPC pela Quebec.

Em 7 de fevereiro de 2024, foi efetuado um acordo com a Quebec, para encerramento do Procedimento Arbitral, dos Processos de Regulação de Sinistros perante as Seguradoras e do Contrato de EPC. O acordo prevê o pagamento pela Quebec à Companhia do valor de R\$14.000 (quatorze milhões de reais) em sete parcelas de R\$2.000 (dois milhões de reais). Abaixo segue demonstrativo do calendário de pagamento das parcelas:

Pagamentos já realizados		
07 de fevereiro de 2024	2.000	1ª parcela
27 de junho de 2024	2.000	2ª parcela
30 de dezembro de 2024	2.000	3ª parcela
30 de junho de 2025	2.000	4ª parcela
	8.000	
Previstas		
31 de dezembro de 2025 (i)	2.000	5ª parcela
30 de junho de 2026	2.000	6ª parcela
31 de dezembro de 2026	2.000	7ª parcela
	6.000	
Total	14.000	

- (i) A 5ª parcela que estava prevista para pagamento em 31 de dezembro de 2025, não foi paga, sendo assim, a Companhia está em contato com a Quebec Engenharia e Construtora Quebec para entendimento, e a mesma foi notificada que, caso o atraso persista por período superior a 60 (sessenta) dias contados da data de vencimento (31 de dezembro de 2025), o valor devido será considerado antecipadamente vencido em sua integralidade com a incidência de atualização monetária, juros e multa moratória sobre o montante em aberto. Ademais, a apólice de seguro-garantia e garantias prestadas pela Construtora Quebec e pela Quebec Engenharia poderão ser executadas pela Companhia, sendo que a expectativa de sinistro já foi formalmente comunicada à seguradora em 5 de janeiro de 2026.

(d) REIDI

Em 06/07/2023, a Companhia ingressou com processo administrativo na Receita Federal do Brasil, solicitando a prorrogação do prazo de fruição do benefício do REIDI, concedido para a Linha Verde I por meio do Ato Declaratório Executivo nº 65/2018 para a nova data estimada, naquele momento, para a conclusão das obras de infraestrutura, qual seja 25 de setembro de 2023.

Em 14/09/2023 foi emitido Mandado de Segurança pela Justiça Federal, deferindo parcialmente a liminar para determinar a autoridade impetrada que se abstenha de excluir a Companhia do REIDI até o julgamento final da ação.

Caso a Companhia venha a perder tal ação, ou os valores a pagar de Pis/Cofins venham a exceder o valor provisionado, a Terna Plus, antiga acionista, deverá ressarcir a Companhia, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações.

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

13. Dividendos declarados

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2025	2024
Prejuízos acumulados	(149.995)	(162.343)
Absorção de prejuízo	134.255	5.177
Transações entre acionistas	(2.000)	-
Lucro líquido do exercício	46.322	7.171
Dividendos Intercalares	(27.153)	-
(-) Reserva de incentivo fiscal - SUDAM	-	-
(-) Reserva legal	(1.429)	-
Lucro líquido ajustado	-	(149.995)

(i) O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal”.

A movimentação dos dividendos declarados está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	-
Distribuição de dividendos intercalares – AGE 08.12.2025	27.153
Pagamento de dividendos no exercício	(27.153)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-

14. Patrimônio líquido**(a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2025 o capital subscrito é de R\$74.811 (R\$516.780 em 31 de dezembro de 2024), representado por 91.498.089 (noventa e um milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, oitenta e nove) ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal unitário (446.184.706 (quatrocentas e quarenta e seis milhões, cento e oitenta e quatro mil, setecentas e seis) ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal unitário em 31 de dezembro de 2024).

Em 29 de setembro de 2025, por meio da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), foi aprovada a redução de capital social no montante de R\$152.188, passando seu capital social para R\$364.811, representando 446.184 (quatrocentas e quarenta e seis milhões, cento e oitenta e quatro mil) ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal unitário.

Em 01 de outubro de 2025, por meio da AGE, foi aprovada a redução do capital social no valor de R\$ 290.000, mediante o cancelamento de até 354.686 (trezentos e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e oitenta e seis mil) ações ordinárias, no valor aproximado de R\$ 0,82 (oitenta e dois centavos), por ação. Passando assim, seu capital ser de R\$ 74.811, representado por 91.498 (noventa e um, quatrocentos e noventa e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Segue abaixo movimentação:

	<u>Capital social</u>	<u>Quantidade de ações ordinárias</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	516.780	446.184
Integralização de capital em 29/04/2025	219	-
Redução em 29/09/2025	(152.188)	-
Redução em 01/10/2025	(290.000)	(354.686)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	74.811	91.498

(b) Reservas

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Reserva legal	i.	1.429	-
Total		1.429	-

i. Reserva legal

Como trata o art. 163 da lei 6.404/74, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na reserva legal, que não poderá exceder o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. O valor destinado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.429. Em 31 de dezembro de 2024 não houve destinação visto que a Companhia apresentava prejuízo.

(c) Transações entre acionistas

Em 2023, a controlada Linha Verde I S.A. realizou uma provisão no valor de R\$9.933 referente à penalidade decorrente do atraso na entrada em operação, de março de 2023 a janeiro de 2024. Esse montante seria ressarcido pela Terna Plus, antigo acionista da controlada. Com a transação entre os acionistas Terna e CDPQ, a provisão a receber foi estornada e o valor lançado contra patrimônio líquido como transação entre acionistas. Além disso, a controlada tem registrado o valor a receber de R\$8.000 junto à Quebec, que será pago em quatro parcelas semestrais de R\$2.000, até dezembro de 2026. Conforme estabelecido na transação entre os acionistas Terna e CDPQ, estes valores serão repassados ao acionista anterior e, portanto, este montante também foi lançado contra o patrimônio líquido como transação entre acionistas.

As duas operações totalizando R\$17.933 foram registradas no patrimônio líquido pois as contabilizações em 2024 só foram registradas devido a transação entre as partes e em 2025 foi feito um complemento de R\$ 2.000.

(d) Proventos excedentes da contabilidade societária

É constituída em função dos efeitos de PCGA (Prática Contábeis Geralmente Aceitas) entre a contabilidade societária e regulatória. Conforme o MCSE, a reserva legal e todos os efeitos advindos da contabilidade societária, devem ser refletidos na contabilidade regulatória, e como ambas possuem resultados distintos, todas as diferenças são registradas no grupo em questão.

(e) Ajustes de exercícios anteriores

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi realizado o levantamento do imobilizado da Companhia, assim como inventário físico, resultando em ajustes negativos no montante de R\$ 19, registrado como “ajustes de exercícios anteriores”, a débito de lucros acumulados.

15. Receita operacional líquida

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Disponibilização do sistema de transmissão	45.730	41.517
Outras receitas	-	-
Receita bruta	<u>45.730</u>	<u>41.517</u>
PIS	(297)	(270)
COFINS	(1.372)	(1.245)
ISS	-	-
Tributos	<u>(1.669)</u>	<u>(1.515)</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(116)	(404)
Conta de desenvolvimento econômico - CDE	(50)	-
Taxa de fiscalização de serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(226)	(111)
Outros encargos	(267)	-
Encargos do consumidor	<u>(659)</u>	<u>(515)</u>
Receita operacional líquida	<u>43.402</u>	<u>39.487</u>

16. Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Custos operacionais (a)	(15.391)	(23.080)
Despesas operacionais (b)	(2.324)	(4.408)
Total	<u>(17.715)</u>	<u>(27.488)</u>

(a) Custos operacionais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Depreciação e amortização	(13.917)	(12.720)
Pessoal	(416)	(2.659)
Serviços de terceiros (a)	(366)	(4.621)
Arrendamento e aluguéis	(65)	(520)
Outras despesas operacionais	(624)	(2.560)
Total	<u>(15.391)</u>	<u>(23.080)</u>

(a) A variação está relacionada, principalmente, a serviços de terceiros relacionados à conclusão das linhas de transmissão, em 31 de dezembro de 2024.

(b) Despesas gerais e administrativas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Pessoal	(1.350)	(1.574)
Serviços de terceiros	(825)	(1.474)
Arrendamento e aluguéis	(2)	(144)
Seguros	(4)	(27)
Outras (Despesas) Receitas operacionais	(143)	(1.189)
Total	<u>(2.324)</u>	<u>(4.408)</u>

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

17. Resultado financeiro líquido

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Rendimento de aplicações financeiras	6.399	734
Outras receitas financeiras	75	284
Receitas financeiras	6.474	1.018
Encargos da dívida	(2.207)	-
Outras despesas financeiras	(73)	(102)
Despesas financeiras	(2.280)	(102)
Resultado financeiro	4.194	916

18. Partes relacionadas**(a) Contas a receber**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Partes relacionadas - a receber		
Verene Energia	2.551	-
Total	2.551	-

(b) Contas a pagar

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Partes relacionadas - a pagar (i)		
SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A.	37	-
SPE Santa Lúcia Transmissora de Energia S.A.	375	-
SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S.A.	57	-
Verene Energia	72	-
Total	541	-

(i) A transação entre partes relacionadas demonstrada acima refere-se ao contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura devidamente rateados e aprovado pela ANEEL.

(c) Remuneração da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, é realizada diretamente por sua controladora Verene Energia S.A., sendo correspondente a salários e benefícios variáveis.

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

A Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

19. Riscos regulatórios e ambientais**a) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento**

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica.

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração.

b) Riscos regulatórios e operacionais

Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

- i. **Risco de interrupção do serviço:** em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável (PV), prevista na REN nº 905/2020, que aprovou a redação do Módulo 4 – Prestação dos Serviços das Regras dos Serviços de Transmissão. O tipo de Parcela Variável aplicada depende do tipo de ocorrência de desligamento, do equipamento e duração da indisponibilidade ou atraso na entrada em operação dos serviços de Transmissão; as modalidades são: PVA, PVI ou PVRO, a depender das noções comentadas acima.
- ii. **Risco regulatório:** caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da Companhia.

c) Riscos ambientais

A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos;
- Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Dentro destes macroprocessos, a Companhia realiza a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações e Linhas de Transmissão. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

No SGA, a Companhia tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

20. Seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, com o objetivo de salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados, em 31 de dezembro de 2025, estão demonstradas a seguir:

Risco	Vigência	Importância segurada
Responsabilidade Civil (i)	10/12/2025 a 10/12/2026	50.000
Risco Operacional (i)	10/12/2025 a 10/12/2026	160.000
Directors and Officers (i)	28/07/2024 a 28/01/2026	50.000

(i) Estas apólices cobrem as coligadas do Grupo Verene, do qual a Companhia faz parte.

21. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário

A Companhia elabora suas demonstrações financeiras societárias em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a regulamentação societária vigente. Para atendimento às exigências específicas do setor, a Companhia também prepara demonstrações contábeis regulatórias de acordo com os critérios definidos pelo Órgão Regulador, nos termos do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Tendo em vista que os normativos societário e regulatório possuem abordagens distintas quanto ao reconhecimento, mensuração e apresentação de determinados ativos, passivos, receitas e despesas, surgem diferenças relevantes entre os dois conjuntos de demonstrações. Assim, a reconciliação entre as bases societária e regulatória é apresentada de forma a evidenciar, de maneira transparente e compreensível, os ajustes necessários para converter as informações preparadas segundo as práticas contábeis societárias para aquelas requeridas pelo Órgão Regulador.

As tabelas e descrições a seguir detalham a natureza dos principais ajustes realizados, bem como suas respectivas justificativas, permitindo ao usuário das demonstrações compreender plenamente os impactos decorrentes das diferenças entre os critérios contábeis aplicáveis.

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Balanco Patrimonial

Ativo	Nota	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		30.489	-	30.489	19.938	-	19.938
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		1.037	-	1.037	4.980	-	4.980
Ativos de contrato	(i)	-	44.444	44.444	-	39.326	39.326
Impostos e contribuições a recuperar		22	-	22	23	-	23
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		1	-	1	-	-	-
Adiantamento a fornecedores		758	-	758	812	-	812
Despesas antecipadas		259	-	259	89	-	89
Partes Relacionadas		2.551	-	2.551	-	-	-
Outros créditos a receber		8.452	-	8.452	8.270	-	8.270
Total do circulante		43.569	44.444	88.013	34.112	39.326	73.438
Não circulante							
Ativos de contrato	(i)	-	319.781	319.781	-	317.600	317.600
Depósitos judiciais		34	-	34	-	-	-
Outros créditos a receber		-	-	-	4.000	-	4.000
Imobilizado	(ii)	468.389	(468.389)	-	482.088	(482.088)	-
Intangível	(iii)	4.985	(4.985)	-	5.023	(5.023)	-
Total do não circulante		473.408	(153.593)	319.815	491.111	(169.511)	321.600
Total do ativo		516.977	(109.149)	407.828	525.223	(130.185)	395.038

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	Nota	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante							
Fornecedores		984	-	984	17.943	-	17.943
Debêntures		7.678	-	7.678	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher		22	-	22	-	-	-
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		498	-	498	796	-	796
Encargos setoriais		278	-	278	202	-	202
Partes relacionadas		541	-	541	-	-	-
Outros passivos		14.407	-	14.407	78	-	78
Total do circulante		24.408	-	24.408	19.019	-	19.019
Não circulante							
Debêntures		283.242	-	283.242	-	-	-
PIS e COFINS	(iv)	-	13.294	13.294	-	12.701	12.701
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	(iv)	-	10.644	10.644	-	10.247	10.247
Outros passivos		-	-	-	4.000	-	4.000
Total do não circulante		283.242	23.938	307.180	4.000	22.948	26.948
Total dos passivos		307.650	23.938	331.588	23.019		45.967
Patrimônio líquido							
Capital social		74.811	-	74.811	516.780	-	516.780
Reserva de Capital		-	-	-	219	-	219
Reserva Legal		1.429	-	1.429	-	-	-
Transação entre acionistas		-	-	-	(17.933)	-	(17.933)
Prejuízos acumulados		-	-	-	-	(149.995)	(149.995)
Proventos excedentes da contabilidade societária	(v)	133.087	(133.087)	-	3.138	(3.138)	-
Total do patrimônio líquido		209.327	(133.087)	76.240	502.204	(153.133)	349.071
Total do passivo e patrimônio líquido		516.977	(109.149)	407.828	525.223	(130.185)	395.038

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do resultado do exercício

	Nota	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Disponibilização do sistema de transmissão		45.730	(45.730)	-	41.517	(41.517)	-
Remuneração de ativos de contrato		-	47.493	47.493	-	29.230	29.230
Receita operação e manutenção		-	5.536	5.536	-	10.056	10.056
Receita de construção		-	-	-	-	21.381	21.381
Outras receitas		-	-	-	-	239	239
Receita bruta		45.730	7.299	53.029	41.517	19.389	60.906
PIS		(297)	(106)	(403)	(270)	15	(255)
COFINS		(1.372)	(487)	(1.859)	(1.245)	(699)	(1.944)
Tributos		(1.669)	(593)	(2.262)	(1.515)	(684)	(2.199)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(116)	-	(116)	(404)	-	(404)
Conta de desenvolvimento econômico - CDE		(50)	-	(50)	-	-	-
Taxa de fiscalização de serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(226)	-	(226)	(111)	-	(111)
Outros encargos		(267)	-	(267)	-	-	-
Encargos do consumidor		(659)	-	(659)	(515)	-	(515)
Receita operacional líquida	(vi)	43.402	6.706	50.108	39.486	18.705	58.192
Depreciação e amortização		(13.917)	13.917	-	(12.720)	12.720	-
Pessoal		(416)	-	(416)	(2.659)	-	(2.659)
Serviços de terceiros (a)		(367)	(200)	(567)	(4.621)	2	(4.621)
Arrendamento e aluguéis		(65)	-	(65)	(520)	-	(520)
Outras despesas operacionais		(625)	-	(625)	(2.560)	(227)	(2.787)
Custo de construção		-	-	-	-	(34.286)	(34.286)
Despesas gerais e administrativas		(2.324)	-	(2.324)	(4.408)	-	(4.408)
Custos e despesas	(vii)	(17.714)	13.717	(3.997)	(27.488)	(21.791)	(49.281)
Resultado da atividade		25.688	20.423	46.111	11.998	(3.086)	8.911
Receitas financeiras		6.474	-	6.474	1.018	-	1.018
Despesas financeiras		(2.280)	-	(2.280)	(102)	-	(102)
Resultado financeiro		4.194	-	4.194	916	-	916
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		29.882	20.423	50.305	12.913	(3.086)	9.827
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(3.586)	-	(3.586)	(1.955)	(701)	(2.656)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		-	(397)	(397)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social		(3.586)	(397)	(3.983)	(1.955)	(701)	(2.656)
Lucro líquido do exercício		26.296	20.026	46.322	10.958	(3.787)	7.171

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

A seguir estão detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativos de contrato

O ajuste de R\$ 364.225 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 356.926 em 31 de dezembro de 2024), apresentado na linha de ativo de contrato na conciliação entre as bases regulatória e societária, refere-se às diferenças decorrentes da aplicação do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente exclusivamente nas demonstrações financeiras societárias.

Nas demonstrações societárias, a Companhia adota o CPC 47 e a OCPC 05 para o reconhecimento das receitas associadas às concessões de transmissão. Nesse contexto, os investimentos realizados durante a fase de construção são registrados como ativo contratual, correspondente ao direito à contraprestação pelos bens e serviços transferidos ao cliente, sendo mensurados ao valor justo e incluindo custos de empréstimos capitalizados. Após a disponibilização da infraestrutura, o ativo contratual é reclassificado para ativo intangível, e a receita anual permitida é apropriada de forma segregada entre a remuneração dos investimentos e a receita de operação e manutenção.

Para fins regulatórios, conforme diretrizes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os investimentos realizados na construção das instalações de transmissão são registrados integralmente como ativo imobilizado, não sendo aplicados os critérios de reconhecimento e mensuração definidos pelo CPC 47. Em razão desse tratamento, os efeitos societários relativos ao CPC 47 não são refletidos nas demonstrações contábeis regulatórias, o que inclui a eliminação dos respectivos impactos fiscais diferidos (IR, CSLL, PIS e COFINS), quando aplicáveis.

(ii) Imobilizado - transmissão

Para fins regulatórios, em conformidade com o MCSE, todos os investimentos relacionados à construção das linhas de transmissão são reconhecidos como ativo imobilizado. Em razão dessa premissa, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram integralmente excluídos das demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os respectivos impactos fiscais. Nas demonstrações financeiras societárias, entretanto, em decorrência da adoção do CPC 47, o ativo imobilizado da Companhia passou a ser classificado como ativo de contrato, conforme descrito na nota de ajuste (i).

As premissas aplicáveis ao reconhecimento do ativo imobilizado regulatório são:

- assegurar que tais ativos não sejam impactados pela Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), uma vez que, para fins regulatórios, prevalece o tratamento estabelecido no MCSE; e
- garantir que os ativos sejam registrados pelos valores homologados pela ANEEL, os quais constituem a base regulatória utilizada para fins de remuneração e definição das tarifas.

(iii) Intangível - transmissão

O ajuste de R\$ 4.985 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 5.023 em 31 de dezembro de 2024), identificado entre o ativo intangível regulatório e o societário, é decorrente da aplicação da legislação societária, onde o ativo financeiro intangível operacional é reconhecido como ativo financeiro amortizado e indenizável, de acordo com as determinações do ICPC 01 (R1).

De acordo com a legislação regulatória são considerados como intangíveis:

SPE TRANSMISSORA DE ENERGIA LINHA VERDE I S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

- Os direitos de uso de software que são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados de equipamentos tangíveis (hardware), e são amortizados linearmente de acordo com a vida útil estimada do software; e
- Faixas de servidão referem-se a direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Outorgada, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

(iv) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos fiscais diferidos relacionados ao PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos foram excluídos das demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que, segundo os critérios do MCSE, o tratamento regulatório não gera diferenças temporárias que demandem o reconhecimento de tributos diferidos. Dessa forma, a apuração dos referidos tributos, no âmbito regulatório, reflete exclusivamente os valores e premissas definidos pela ANEEL, não resultando na constituição de ativos ou passivos fiscais diferidos.

- **Tributos sobre o lucro**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (societário)	(3.983)	(2.656)
Efeitos fiscais sobre:		
Ativo contratual - CPC 47	397	701
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(3.586)</u>	<u>(1.955)</u>

(v) Patrimônio líquido

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldos conforme contabilidade societária	76.240	349.071
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	133.087	153.133
Saldos conforme contabilidade regulatória	<u>209.327</u>	<u>502.204</u>

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

(vi) Receita operacional líquida

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e indenização e remuneração do ativo de contrato, quando aplicável, decorrentes da aplicação da CPC 47. A receita, para fins regulatórios, é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema e transmissão na fase de operação e os efeitos da CPC 47 são desconsiderados.

(vii) Custos operacionais e custo de construção

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias. As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

(viii) Resultado societário e regulatório

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldos conforme contabilidade societária	46.322	7.171
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) (a)	<u>(20.026)</u>	<u>(8.421)</u>
Saldos conforme contabilidade regulatória	<u><u>26.296</u></u>	<u><u>(1.249)</u></u>

- (a) O efeito é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

22. Eventos subsequentes

• **Pagamento arbitragem com a Quebec**

Em 27 de fevereiro de 2026 a Companhia realizou o pagamento da 5ª parcela referente a arbitragem com a Quebec no valor de R\$ 2.052.

Diretoria

José Cherem Pinto,
Diretor Presidente

Ana Graciela Heugas Granato,
Diretora Financeira

Djamila Muniz de Carvalho

Contadora

CRC RJ 125.608/O

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 67DACCF-267C-4BD1-8E1B-342F438A656F
 Assunto: Complete com o Docusign: LVI Relatorio e DCR Exame 2025.pdf
 LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
 Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 32
 Certificar páginas: 2
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Fernanda Bezerra
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
 fernanda.bezerra@pwc.com
 Endereço IP: 134.238.159.65

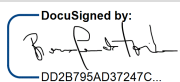
Rastreamento de registros

Status: Original 24 de abril de 2026 17:30	Portador: Fernanda Bezerra fernanda.bezerra@pwc.com	Local: DocuSign
Status: Original 24 de abril de 2026 17:36	Portador: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Local: DocuSign

Eventos do signatário

Bruno Monteiro
 bruno.monteiro@pwc.com
 Sócio
 PwC BR
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital
Detalhes do provedor de assinatura:
 Tipo de assinatura: ICP-Brasil
 Emissor: AC SyngularID Multipla
 Assunto: CN=Bruno Guedes Monteiro:10055965733

Assinatura



Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada
 Usando endereço IP: 201.56.5.228

Política de certificado:
 [1]Certificate Policy:
 Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133
 [1,1]Policy Qualifier Info:
 Policy Qualifier Id=CPS
 Qualifier:
<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularid-multipla.pdf>

Registro de hora e data

Enviado: 24 de abril de 2026 | 17:32
 Visualizado: 24 de abril de 2026 | 17:35
 Assinado: 24 de abril de 2026 | 17:36

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
<p>Fernanda Bezerra fernanda.bezerra@pwc.com PwC BR Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</p> <p>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign</p>	Copiado	<p>Enviado: 24 de abril de 2026 17:36 Visualizado: 24 de abril de 2026 17:36 Assinado: 24 de abril de 2026 17:36</p>

<p>Magda Araujo magda.araujo@pwc.com Assistente II PwC Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</p> <p>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign</p>	Copiado	<p>Enviado: 24 de abril de 2026 17:32 Visualizado: 24 de abril de 2026 17:44</p>
--	----------------	--

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	24 de abril de 2026 17:32
Entrega certificada	Segurança verificada	24 de abril de 2026 17:35
Assinatura concluída	Segurança verificada	24 de abril de 2026 17:36
Concluído	Segurança verificada	24 de abril de 2026 17:36

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------